

Thopen Energia S.A.

(anteriormente denominada RZK Energia S.A.)
CNPJ 28.133.664/0001-48

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.889	1.093	198.934	44.708
Contas a receber de clientes	5	12.793	12.983	147.046	61.298
Adiantamento a fornecedores		2.150	1.512	19.265	14.574
Créditos tributários	6	5.523	1.170	52.993	18.736
Instrumentos financeiros – Swap	23	-	12.800	-	21.287
Partes relacionadas	7	21.681	21.681	29.453	29.453
Outros créditos	8	7.354	4.808	30.604	35.296
		103.709	56.047	448.842	225.322
Não circulante					
Depósitos judiciais		217	187	4.356	3.720
Créditos tributários	6	-	-	31.969	9.191
Impostos diferidos	21.2	-	-	39.685	15.916
Partes relacionadas	7	557.558	241.699	97.032	4.613
Outros créditos	8	163	4.692	1.250	4.940
Investimentos	9	535.979	261.043	-	-
Ativo de direitos de uso	10	4.336	5.576	88.856	45.019
Imobilizado	11	39.976	15.847	1.839.248	817.084
Intangível	12	418	3.604	115.715	75.193
		1.139.247	532.648	2.268.111	975.676
		1.242.956	588.695	2.724.005	1.200.998

Passivo e patrimônio líquido					
Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	8.253	15.075	477.345	77.574
Fornecedores	14	11.241	33.085	43.810	97.112
Obrigações trabalhistas		1.352	1.591	2.871	3.083
Obrigações tributárias		2.062	1.626	16.870	9.394
Imposto de renda e contribuição social a pagar		195	-	3.515	2.417
Instrumentos financeiros – swap	24	-	6.440	-	12.374
Passivo de arrendamento	10.1	1.050	863	7.144	2.850
Dividendos a pagar e JCP	16.3	672	672	672	672
Outras contas a pagar e JCP	15	13.920	901	34.950	14.101
Partes relacionadas	7	-	1	-	18
Adiantamento de clientes		108	78	7.386	3.711
		38.853	60.332	594.563	223.306
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	160.624	31.743	1.216.420	710.853
Passivo de arrendamento	10.1	4.099	4.747	100.646	56.473
Fornecedores	14	-	-	494	763
Obrigações tributárias		1.284	-	3.302	24
Impostos diferidos	21.2	-	-	70.643	40.703
Provisão de perda com investimentos em controlada	9	6.397	1.823	-	-
Partes relacionadas	7	357.180	323.472	508	1.698
Outras contas a pagar	15	33.116	116	37.750	716
		562.700	361.901	1.480.987	811.230

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024					
Demonstrações do resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	17	-	8.522	262.190	158.269
Custos	18	-	(6.440)	(113.789)	(77.297)
Lucro bruto			2.082	148.401	80.972
Despesas gerais e administrativas	18	(3.918)	(753)	(83.530)	(33.538)
Equivalência patrimonial	9	38.397	19.538	-	-
Outras receitas, líquidas	19	679	101	79.783	11.577
Lucro operacional antes do resultado financeiro			35.158	20.988	143.654
Despesas financeiras	20.1	29.152	15.773	37.739	28.773
Despesas financeiras	20.2	(15.213)	(13.845)	(119.365)	(54.077)
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social			49.097	22.896	62.028
Imposto de renda e contribuição social – corrente	21.1	(6.351)	-	(12.785)	(2.214)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	21.1	-	-	(6.497)	(8.592)
Lucro líquido de exercício			42.746	22.896	42.746
Resultado por ação atribuído aos acionistas controladores da Companhia					
Lucro básico e diluído por ação - (em reais)	25		206,00	114,48	206,00

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)					
Demonstrações do resultado abrangente	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido de exercício			42.746	22.896	42.746
Outros resultados abrangentes			-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de tributos			42.746	22.896	42.746

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)						
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social		Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
	Notas	Subscrito	Integralizar	Reservas de capital		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		200	(43)	134.314	40	16.280
Lucro líquido de exercício		-	-	-	-	22.896
Dividendos distribuídos durante o exercício	16.3	-	-	-	-	(1.501)
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	(5.724)
Retenção de lucros		-	-	-	15.671	(15.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		200	(43)	134.314	40	31.951
Aumento de capital	16.1	10	-	-	-	-
Aumento de reserva de capital	16.2	-	-	499.990	-	499.990
Cessão de controladas	16.4	-	-	-	(2.805)	-
Lucro líquido de exercício		-	-	-	-	42.746
Constituição de reserva legal		-	-	2	-	(2)
Dividendos distribuídos durante o exercício	16.3	-	-	-	-	(22.256)
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	(10.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		210	(43)	634.304	42	6.890

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas					
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					

1. Contexto operacional - A Thopen Energia S.A. anteriormente denominada RZK Energia S.A. (Thopen Energia ou Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2017, que até 10 de março de 2025 era denominada como RZK Energia S.A. e tem sede na Av. Rebouças, 2728, 14º andar, na cidade de São Paulo - SP. O controle é compartilhado entre os seguintes acionistas da Companhia: RZK Tech Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia, NM Tech Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia e Pontal 2 Geração de Energia e Participações. Os acionistas RZK Energia Fundo de Investimentos em Participações Infraestrutura e NM RZK Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura formalizaram a assinatura de um contrato com o Pontal 2 Geração de Energia e Participações S.A. (Pontal 2) para a inclusão do Pontal 2 no quadro acionário da Companhia, por meio da aquisição de 51% das ações ordinárias da Companhia e de um aporte primário na mesma data. Após o cumprimento integral das condições precedentes estabelecidas, a operação foi concluída em 20 de março de 2025, inclusive com o aporte no montante de R\$500.000 na Companhia. Com isso, o Pontal 2 passou a deter 67,6% do capital social da Companhia, considerando assim seu controle acionário. A Pontal 2 Geração de Energia e Participações tem como controlador final, a Denham Capital Management LP ("Denham Capital"). O objeto social principal da Companhia é o desenvolvimento e exploração de projetos e empreendimentos de infraestrutura destinados à geração de energia a partir de fontes renováveis, especialmente com o emprego de matrizes energéticas a partir da energia fotovoltaica e biogás, explorando tanto em empreendimentos enquadrados como projetos de micro e minigeração distribuídas de energia, nos termos da Lei nº 14.300, de 06 de janeiro de 2022 e da Resolução Normativa nº 1.059/2023 da ANEEL, quanto empreendimentos de geração de energia destinados à comercialização de energia elétrica no mercado livre e regulado de energia (ACL e ACR), implantando e atuando, per se ou através de suas controladas, tais projetos de infraestrutura. Desde 2019, a Companhia vem desenvolvendo projetos, aprovados junto aos órgãos ambientais e perante as distribuidoras de energia elétrica e, como resultado disso, seu portfólio de geração de energia cresceu substancialmente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas detém 100 usinas em operação (36 usinas em 31 de dezembro de 2024). Além de diversos projetos em fase de construção e/ou implantação. **1.1 Principais eventos ocorridos em 2025** - A Companhia efetivou uma série de aquisições de empresas como parte da sua estratégia que tem como principal objetivo ampliar a atuação e incrementar a capacidade da Companhia no segmento de geração distribuída, as aquisições foram tratadas como combinações de negócios e detalhadas a seguir: **1.1 Principais eventos ocorridos em 2025**

Ativos líquidos adquiridos	Contraprestação transferida	Compra vantajosa	Ágio
Solar Gold Espírito Santo SPE Ltda.	1.1.1 150 (1.800)	-	(1.650)
Tocantins Energias Renováveis S.A.	1.1.2 11.037 (6.021)	5.016	-
Grupo Polaris	1.1.3 344.194 (292.284)	51.730	-
Grupo Matrix - Lote 1	1.1.4 17.919 (17.919)	-	-
Grupo Matrix - Lote 2	1.1.5 17.189 (14.372)	2.817	-
Copel	1.1.6 104.125 (85.414)	18.711	-
	494.614	418.350	77.914

1.1.1 Combinações de negócios - Solar Gold Espírito Santo SPE Ltda. Conforme descrito no item 1.2.1, em 24 de maio de 2024 a controladora Solar 07 S.A. celebrou a compra de 4 empresas do grupo SolarGold e na mesma data a Companhia celebrou o contrato de aquisição de 100% das cotas emitidas pela SolarGold Espírito Santo SPE Ltda. A aquisição da Empresa tem como principal objetivo ampliar a atuação e incrementar a capacidade da Companhia no segmento de geração distribuída. Com essa aquisição, a Companhia adicionou capacidades de 0,80 MWac e 1,09 MWp ao seu portfólio. O acervo líquido na data da operação foi calculado através do método do fluxo de caixa descontado, com base no fluxo de caixa do acionista, descontado à taxa mínima de atratividade da Companhia. A conclusão da operação e a troca de controle dependia da obtenção do aval com o Banco do Nordeste do Brasil que foi concluída e o pagamento pela aquisição foi efetuado em 21 de março de 2025. A tabela a seguir, resume o acervo líquido adquirido na data da operação:

	R\$ mil
Caixa e equivalentes de caixa	288
Outros ativos	2
Imobilizado	5.015
Empréstimos e financiamentos	(4,08)
Fornecedores	(86)
Obrigações tributárias	(7)
Partes relacionadas	(974)
Total dos ativos identificáveis (passivos assumidos) líquido	150
Contraprestação transferida	(1.800)
Ágio por rentabilidade futura	(1.650)

A contraprestação pela aquisição das empresas totalizou R\$ 6.021, dos quais foram integralmente pagos em 20 de março de 2025. A contraprestação pela aquisição das empresas totalizou R\$ 1.800, dos quais foram integralmente pagos em 21 de março de 2025. A operação gerou um ágio por rentabilidade futura de R\$ 1.650, registrados na rubrica de "intangível". O resultado da aquisição considerado antes da data de aquisição refere-se ao período de 1º de janeiro de 2025 até 31 de março de 2025. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2025, o lucro líquido da Companhia teria sido impactado negativamente pelo valor de R\$224. **1.1.2 Combinação de negócios - Tocantins Energias Renováveis S.A.** Em 20 de março de 2025, a Companhia, através da Thopen Solar 52 Ltda., concluiu a aquisição da Tocantins Energias Renováveis S.A., uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP. A aquisição da Empresa tem como principal objetivo ampliar a atuação e incrementar a capacidade da Companhia no segmento de geração distribuída. Com essa aquisição, a Companhia adicionou capacidades de 5,00 MWac e 7,00 MWp ao seu portfólio. O acervo líquido na data da operação foi calculado através do método do fluxo de caixa descontado, com base no fluxo de caixa do acionista, descontado à taxa mínima de atratividade da Companhia. A tabela a seguir, resume o acervo líquido adquirido na data da operação:

	R\$ mil
Caixa e equivalentes de caixa	288
Outros ativos	2
Imobilizado	3.186
Empréstimos e financiamentos	38.864
Fornecedores	(28.770)
Obrigações tributárias	(2.335)
Partes relacionadas	(6.021)
Total dos ativos identificáveis (passivos assumidos) líquido	5.016
Contraprestação transferida	(6.021)
Compra Vantajosa	5.016

A operação gerou uma compra vantajosa de R\$ 5.016, registrados na rubrica de "outras receitas". A compra vantajosa apurada nesta combinação de negócios está associada, substancialmente, à capacidade da Companhia de realizar aquisições em um ambiente de mercado com liquidez restrita para ativos desse segmento. A Companhia tem atuação na escolha de operações em que era possível capturar prêmios de liquidez em negociações com vendedores que buscavam monetização, desinvestimento, reciclagem de capital ou maior previsibilidade de fechamento. Em consequência, algumas transações foram celebradas por valores inferiores ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data de aquisição. O resultado da aquisição considerado antes da aquisição refere-se ao período de 1º de janeiro de 2025 até 28 de fevereiro de 2025. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2025, o lucro líquido da Companhia teria sido impactado negativamente pelo valor de R\$531. **1.1.3 Combinação de negócios - Grupo Polaris.** Em 30 de setembro de 2025, a Companhia, através da controlada Thopen Solar 55 S.A., concluiu a aquisição das usinas fotovoltaicas Polaris III Energia Ltda., Polaris VII Energia Ltda., Polaris X Energia Ltda. e Polaris XII Energia Ltda., sociedades limitadas e com sede nas cidades de Itês Rios - RJ e São Paulo - SP, respectivamente. A aquisição das Empresas tem como principal objetivo ampliar a atuação e incrementar a capacidade da Companhia no segmento de geração distribuída. Com essa aquisição, a Companhia adicionou capacidades de 48,76 MWac e 66,08 MWp ao seu portfólio. O acervo líquido na data da operação foi calculado através do método do fluxo de caixa descontado, com base no fluxo de caixa do acionista, descontado à taxa mínima de atratividade da Companhia. A tabela a seguir, resume o acervo líquido adquirido na data da operação:

	R\$ mil
Caixa e equivalentes de caixa	92
Outros ativos	3.186
Imobilizado	38.864
Empréstimos e financiamentos	(28.770)
Obrigações tributárias	(2.335)
Partes relacionadas	(6.021)
Total dos ativos identificáveis (passivos assumidos) líquido	5.016
Contraprestação transferida	(6.021)
Compra Vantajosa	5.016

A contraprestação pela aquisição das empresas totalizou R\$ 292.824, dos quais foram integralmente pagos em 30 de setembro de 2025. A operação gerou uma compra vantajosa de R\$ 51.370, registrados na rubrica de "outras receitas". A compra vantajosa apurada nesta combinação de negócios está associada, substancialmente, à capacidade da Companhia de realizar aquisições em um ambiente de mercado com liquidez restrita para ativos desse segmento. A Companhia tem atuação na escolha de operações em que era possível capturar prêmios de liquidez em negociações com vendedores que buscavam monetização, desinvestimento, reciclagem de capital ou maior previsibilidade de fechamento. Em consequência, algumas transações foram celebradas por valores inferiores ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data de aquisição. O resultado da aquisição considerado antes da aquisição refere-se ao período de 1º de janeiro de 2025 até 30 de setembro de 2025. A Companhia não tinha resultado apurado neste período. **1.1.4 Combinação de negócios - Grupo Matrix L1 - Em 01 de dezembro de 2025, a Companhia, através da controlada Thopen Solar 56 S.A. ("Thopen Solar 56"), concluiu a aquisição das usinas fotovoltaicas SPE Belo Jardim Geração de Energia Ltda., SPE Inhapi Geração de Energia Ltda., SPE São Carlos Geração de Energia Ltda. e SPE Vertentes Geração de Energia Elétrica Ltda., sociedades limitadas e com sede nas cidades de Belo Jardim - PE, Cidade Água Branca - AL, Cidade de São Bento da Una - PE e Cidade de Vertentes - PE, respectivamente. A aquisição das Empresas tem como principal objetivo ampliar a atuação e incrementar a capacidade da Companhia no segmento de geração distribuída. Com essa aquisição, a Companhia adicionou capacidades de 10,00 MWac e 13,03 MWp ao seu portfólio. O acervo líquido na data da operação foi calculado através do método do fluxo de caixa descontado, com base no fluxo de caixa do acionista, descontado à taxa mínima de atratividade da Companhia. A tabela a seguir, resume o acervo líquido adquirido na data da operação:**

	R\$ mil
Caixa e equivalentes de caixa	3.690
Contas a receber	5.648
Créditos tributários	5.648
Adiantamentos	942
Outros ativos	58
Direitos de uso em arrendamentos	4.088
Imobilizado	51.731
Intangível	7.818
Fornecedores	(4.555)
Arrendamentos a pagar	(4.393)
Debêntures	(49.217)
Obrigações tributárias	(383)
Outros passivos	(1.627)
Total dos ativos identificáveis (passivos assumidos) líquido	17.919
Contraprestação transferida	(17.919)

A contraprestação pela aquisição das empresas totalizou R\$ 17.919, dos quais foram integralmente pagos em 01 de dezembro de 2025. O valor pago foi igual ao ativos identificáveis e passivos assumidos líquido. O resultado da aquisição considerado antes da aquisição refere-se ao período de 1º de janeiro de 2025 até 30 de novembro de 2025. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2025, o lucro líquido da Companhia teria sido impactado positivamente pelo valor de R\$3.497. **Lote 2** - Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia, através da controlada Thopen Solar 86 S.A. ("Thopen Solar 86"), concluiu a aquisição das usinas fotovoltaicas Carrié Energias Renováveis Ltda. e SPE Ouro Branco Ltda., sociedades limitadas e com sede nas cidades de Agrestina - PE e Cidade de Ouro Branco - AL, respectivamente. A aquisição das Empresas tem como principal objetivo ampliar a atuação e incrementar a capacidade da Companhia no segmento de geração distribuída. Com essa aquisição, a Companhia adicionou capacidades de 7,85 MWac e 10,05 MWp ao seu portfólio. O acervo líquido na data da operação foi calculado através do método do fluxo de caixa descontado, com base no fluxo de caixa do acionista, descontado à taxa mínima de atratividade da Companhia. A tabela a seguir, resume o acervo líquido adquirido na data da operação:

	R\$ mil
Caixa e equivalentes de caixa	5.087
Contas a receber	4.132
Créditos tributários	601
Adiantamentos	639
Outros ativos	96
Direitos de uso em arrendamentos	1.869
Imobilizado	46.354
Intangível	2.108
Empréstimos	(38.384)
Fornecedores	(108)
Partes relacionadas	(354)

A aquisição das Empresas tem como principal objetivo ampliar a atuação e incrementar a capacidade da Companhia no segmento de geração distribuída. Com essa aquisição, a Companhia adicionou capacidades de 10,00 MWac e 13,03 MWp ao seu portfólio. O acervo líquido na data da operação foi calculado através do método do fluxo de caixa descontado, com base no fluxo de caixa do acionista, descontado à taxa mínima de atratividade da Companhia. A tabela a seguir, resume o acervo líquido adquirido na data da operação:

	R\$ mil
Caixa e equivalentes de caixa	5.087
Contas a receber	4.132
Créditos tributários	601

Thopen Energia S.A.

Empresa	Tipo de investimento	Atividade principal	Fase	% Participação	
				2025	2024
RGD Biogás Desenvolvimento Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
Thopen Solar 17 Ltda.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	100%
Thopen Solar 27 Ltda.	Direto	Holding e operadora de usinas de geração distribuída de energia elétrica através de biogás.	Operacional	100%	100%
Thopen Solar 36 Ltda.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	100%
Thopen Solar 39 S.A.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	operacional	100%	100%
Thopen Solar 89 Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	operacional	100%	-
Solar Paraná GD Ltda.	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	-
Pharma Solar II Geração Distribuída SPE Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	operacional	100%	-
Pharma Solar III Geração Distribuída SPE Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	operacional	100%	-
Pharma Solar IV Geração Distribuída SPE Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
UFV Sarandi S.A. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
Thopen Solar 40 SPE S.A.	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	100%
Thopen Solar 46 SPE S.A.	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	100%
Thopen Solar 53 SPE S.A.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	100%
Thopen Solar 56 SPE S.A.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	100%
Belo Jardim Geração de Energia Ltda.	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	100%

Empresa	Tipo de investimento	Atividade principal	Fase	% Participação	
				2025	2024
SPE Vertentes Geração de Energia Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
Sao Bento SPE Geração de Energia Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
Itaipava SPE Geração de Energia Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
Thopen Solar 12 S.A.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	100%
Thopen Solar 86 Ltda. (n)	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	-
SPE Ouro Branco Ltda. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
Caroé Energias Renováveis S.A. (n)	Indireto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
THOPEN SOLAR 36 SPE S.A.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	100%
THOPEN SOLAR 66 SPE S.A.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	operacional	100%	100%
Thopen Solar 76 SPE S.A. (n)	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	-
Thopen Solar 75 SPE S.A.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Pré-operacional	100%	100%
Thopen Solar 72 SPE S.A.	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	operacional	100%	100%
Solar Gold Espírito Santo Ltda. (n)	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-
Aruna Energia Ltda. (i)	Direto	Usina de geração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.	Operacional	100%	-

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação - A moeda funcional da Companhia e de suas controladas e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (R\$). As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **2.5. Contas a receber de clientes** - São registrados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, deduzidas das perdas de crédito esperadas (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. **2.6. Imobilizado** - **Reconhecimento e mensuração**: Bens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável, quando necessária. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais, mão de obra direta e juros de empréstimos e financiamentos atribuíveis, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida. Ganhos e perdas decorrentes de alienação em item do imobilizado são mensurados pela comparação entre o valor líquido obtido da alienação com o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Depreciação**: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Os métodos de depreciação, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **2.7. Intangível** - Refere-se a custos e despesas com softwares e direitos de exploração. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revisados no mínimo no encerramento de cada exercício social. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contatadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **Direito de exploração**: O direito adquirido de exploração do arto e do gás São João são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do prazo do contrato, 180 meses. Os custos são amortizados e tratados como custo. Para constituição da obrigação de pagamento sobre o direito de exploração foi utilizada pela Companhia uma taxa compatível com a remuneração auferida pelos empréstimos da Companhia, este passivo está classificado sob a rubrica de fornecedores. Em continuidade, no arto São João, a Companhia também fez a aquisição da Gaswatt Energia Ltda. e o saldo é relativo aos direitos decorrentes do conjunto de contratos existentes que compõem a concessão de exploração de gás do arto e aos direitos contratuais existentes sobre parecer de acesso para expansão da operação. O prazo de vida útil é de 15 anos. O arto localizado em Macacé é advinho da aquisição da AMP 1 Bioenergia S.A. e o saldo é relativo aos direitos decorrentes do conjunto de contratos que compõem a concessão de exploração de gás do arto e aos direitos contratuais existentes sobre parecer de acesso para expansão da operação. O prazo de vida útil é de 15 anos. **2.8. Arrendamentos** - A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitem o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: (i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; (ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. **Ativos de direito de uso**: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventos, incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11. **Passivos de arrendamento**: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas utilizam como a taxa de desconto o custo médio de captação de seus débitos na data de início. Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. **2.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços. **2.10. Recolhas** - O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da(s) obrigação(es) de desempenho; (iii) identificação da(s) definição(s) da determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de performance do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia satisfizer as obrigações de performance. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de performance for satisfeita, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas de transações com clientes apresentadas na nota 18, compreendem: **Receitas de contratos de locação e de serviços de operação e manutenção vinculadas às Usinas Fotovoltaicas**: Os contratos de locação de imóveis e equipamentos e os contratos de prestação de serviços são vinculados às Usinas Fotovoltaicas (UFV). Esses contratos de locação e de prestação de serviços contêm, geralmente, uma parte de seu preço fixado, o qual é atualizado por índices contratuais, e a outra parte variável em função da performance das UFV. Além das obrigações de performance relacionadas à disponibilização dos bens locados e a realização dos serviços prometidos, esses contratos estipulam uma obrigação de performance relacionada com a comprovação da efetiva compensação da energia gerada. A energia elétrica gerada pela UFV é injetada na rede do Distribuidora para que os clientes da Companhia possam obter o benefício dos créditos de energia a serem compensados junto a distribuidora. A comprovação desses créditos ocorre através da discriminação do volume dessa energia nas faturas emitidas pela distribuidora. A partir da discriminação da geração realizada pela fatura da usina, são satisfeitas todas as obrigações de performance, portanto, a Companhia passa a ter o direito ao reconhecimento da receita dos contratos de locação e de prestação de serviço de operação e manutenção. Portanto, o reconhecimento da receita pela Companhia se dá à medida em que todas as obrigações de performance acordadas com os clientes são atendidas. **Receita de venda oriunda da exploração de biogás, incluindo crédito de carbono**: A receita de venda oriunda da exploração de biogás é medida líquida de descontos e impostos e é reconhecida pela competência. Conforme contrato firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, a subsidiária São João foi autorizada a explorar gás biogás gerado no arto para a produção de energia elétrica, através de uma central de geração térmica. Essa central de geração opera como Produtora Independente de Energia e está conectada à rede da distribuidora local, conforme autorizado pela Resolução ANEEL nº 328, de 18 de junho de 2002. O prazo da autorização é de 30 anos. A receita é reconhecida com base na energia gerada e entregue aos clientes nos ambientes de contratação livre (ACL) e contratação regulada (ACR). Além das receitas de venda de energia, existe ainda uma receita adicional de venda de crédito de carbono vinculado à redução de emissão de CO2eq em projetos homologados tanto na UNFCCC ("Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas" que em registros voluntários, e dessa forma, a Companhia emite Certificados de Emissões Reduzidas (CERs ou VCRs) que podem ser vendidos a terceiros. A mensuração da receita com crédito de carbono corresponde ao valor justo do preço da transação, através de cotações de mercado aplicadas aos créditos homologados. Essas operações são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado e os ativos correspondentes são reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica de outros ativos. **2.11. Instrumentos financeiros** - **Reconhecimento e mensuração inicial**: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR - valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente**: a) Ativos financeiros; A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) Custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição no caso de investimentos que não sejam mensurados pelo valor justo através do resultado; b) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade não pode reclassificar qualquer passivo financeiro entre categorias. c) Reconhecimento e desreconhecimento: O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, determina que a Companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial somente quando uma entidade se torna parte das atividades contratuais do instrumento. A compra ou venda de ativos financeiros deve ser reconhecida e/ou desreconhecida, se aplicável, na data da negociação ou na data da liquidação. A entidade deve desreconhecer o ativo financeiro quando e somente quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou • Transferir o ativo financeiro se a entidade não tiver seu controle. A entidade deve desreconhecer o passivo financeiro quando e somente quando: • For extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. **Impairment**: A Companhia avalia com base em projeções futuras a perda de crédito esperada associada a seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Impairment de ativos não financeiros**: A Administração reavalia o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a existência de perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Compensação de instrumentos financeiros**: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não é considerado em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. d) Custo amortizado de ativos financeiros após o reconhecimento inicial: Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização da taxa efetiva de juros é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como "despesas financeiras" na demonstração do resultado. São incluídos como ativo circulante, exceto para prazos de vencimento superiores a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. e) Valor justo de ativos financeiros: Para ativos mensurados ao valor justo, a mudança no valor justo deve ser reconhecida no resultado ou em outro resultado abrangente, conforme apropriado. A data de negociação deve ser considerada a data de reconhecimento inicial para fins de aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável. **2.12. Imposto de renda e contribuição social** - Imposto de renda e contribuição social correntes: A Companhia e suas controladas calculam e reconhecem o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real, reconhecendo os impostos com base no lucro tributável, determinado de acordo com a legislação tributária brasileira. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Impostos diferidos**: Os impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de água ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Os impostos diferidos ativos, caso aplicável, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários

não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, passivos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e tributação) que foram promulgadas na data do balanço. A Reforma Tributária sobre o consumo, introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, até o presente momento, pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, transformou substancialmente o sistema tributário brasileiro. O novo modelo, conhecido como "IVA Dual", substitui o ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI por um sistema composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Durante a fase de transição, até 2032, a medida que todo o arcabouço regulatório for implementado, realizaremos os ajustes finais em processos, sistemas e controles internos. Até o momento, não foram identificados efeitos significativos em nossas demonstrações financeiras, considerando que a transição completa para o novo regime ocorrerá de forma gradual. Nesse sentido, adequamos nossos procedimentos para assegurar o correto cumprimento das novas obrigações tributárias, principais e acessórias, em conformidade com as diretrizes disponibilizadas até a presente data. **2.13. Combinação de negócios** - As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na aquisição pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos ao valor justo identificados na aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando ocorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia e sua controlada avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e incluí-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquido dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho por compra vantajosa na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste anual do valor recuperável, o ágio gerado em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirente serem atribuídos a essas unidades. **2.14. Informações por segmentos** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são analisadas através de relações gerenciais internas por usina geradora de energia, sendo a tomada de decisão de alocação de recursos e sua avaliação pela diretoria executiva da Companhia realizada considerando-se um único segmento de geração de energia. **2.15. Adoção inicial de novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em consonância com as normas emitidas pelo IFRS e adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC** - (a) Revisadas e vigentes: Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 02 / IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2026
A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras das da Companhia. (b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda adotadas: A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:		

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 40 (RI1) / IFRS e CPC 48 / IFRS	Melhora nos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (RI1) / IFRS e CPC 48 / IFRS	Contratos que referenciam a eletricidade dependente da natureza.	01/01/2026
Adoção ao IFRS 9	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Alterações ao IFRS 18 (R2) / IAS 28	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB
A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas normas e, no momento, não são esperados efeitos significativos nas demonstrações financeiras. A exceção refere-se ao IFRS 18, que ainda se encontra em fase de avaliação, sendo esperado que tenha impacto relevante na forma de apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras da Companhia. 3. Uso de estimativas, julgamentos e estimativas contábeis : Na elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Julgamentos e estimativas : As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Contas a receber a faturar (Nota 5); • Taxa de desconto e prazo do arrendamento (Nota 10); • Vida útil do imobilizado e intangível (Nota 11 e 12); • Alocação do preço em combinação de negócios (Nota 1.1); • Valor justo dos ativos e passivos adquiridos em combinação de negócios (Nota 1.1); • Recuperabilidade do imposto diferido sobre prejuízos fiscais (Nota 21.2); • Mensuração da receita de crédito de carbono (Nota 17) • Avaliação de probabilidade e mensuração de valor de contingências (Nota 22.4). Caixa e equivalentes de caixa :		

	2025	2024	2025	2024
Caixa	42	6	182	37
Bancos conta corrente	4	-	3.679	8
Aplicações financeiras (a)	75.843	1.087	195.073	44.663
	75.889	1.093	198.934	44.708

É composto pelos valores de caixa, bancos e aplicações financeiras que serão utilizados para liquidar os compromissos de curto prazo. (a) Em 31 de dezembro de 2025, Os saldos mantidos em aplicações financeiras referem-se a aplicações automáticas, fundos de investimentos (FI) e certificados de depósitos bancários (CDB), que apresentaram remuneração média equivalente a 85,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (98,2% do CDI em 31 de dezembro de 2024). **5. Contas a receber de clientes**:

	2025	2024	2025	2024
Transações com clientes - a vencer a futuro	12.286	12.429	129.430	52.895
Transações com clientes - faturados (a)	507	554	17.616	8.403
	12.793	12.983	147.046	61.298

Transações com clientes - a vencer a futuro
Transações com clientes - faturados (a)
O contas a receber com clientes refere-se a valores de contratos que compõe as transações com clientes, dos quais as receitas de contrato de locação e de serviços de operação e manutenção são vinculadas às usinas fotovoltaicas e a receita oriunda da exploração de biogás, vide informações adicionais na nota 2.10. O conta a receber de contratos de locação e de serviços de operação e manutenção vinculadas às usinas fotovoltaicas estão intimamente relacionadas com a energia elétrica gerada, a qual é utilizada pelos clientes para obterem o benefício dos créditos de energia junto às distribuidoras. A comprovação da efetiva compensação dessa energia é a base para o faturamento e reconhecimento dos valores mensais estipulados nesses contratos. Os valores a faturar incluem os (i) créditos de energia a serem utilizados em períodos futuros (até 60 meses) nas unidades consumidoras dos clientes; e (ii) vendas de energia no ambiente de contratação livre (ACL) e contratação regulada (ACR), cujo faturamento ocorre no mês subsequente. (a) O saldo do contas a receber faturados, por faixa de vencimento está demonstrado a seguir:

	Consolidado	2025	2024
		789	1.609
		4.237	1.489
		5.079	2.845
		2.767	2.144
		4.744	316
		17.616	8.403

	Consolidado	2025	2024
ICMS a recuperar	-	34	553
COFINS a compensar (a)	-	85	57.360
PIS a compensar (a)	14	31	12.963
IRPJ a recuperar	5.397	742	10.478
CSLL a recuperar	89	160	1.029
INSS a recuperar	-	-	471
IRRF a compensar	23	98	2.034
ISS a recuperar	-	-	40
Outros tributos	-	20	34
	5.523	1.170	84.962
	5.523	1.170	82.993
	-	-	31.969
	-	-	9.191

6. Créditos tributários:
Ativo:
 (a) PIS e o COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado relativo à construção das usinas de energia fotovoltaica, majoritariamente, sendo que tal compensação se dará nos prazos entre 24 e 48 meses para o PIS e a COFINS, respectivamente.
7. Partes relacionadas:

	Controladora	2025	2024	Consolidado	2025	2024
Controladas						
Thopen Solar 89 Ltda.	85.414	-	-	-	-	-
RZK Biogás O2 S.A.	75.880	79.373	-	-	-	-
Thopen Solar 39 S.A.	34.106	-	-	-	-	-
Thopen Solar 05 S.A.	20.597	3.350	-	313	-	-
Thopen Solar 201 Ltda.	20.121	20.113	-	-	-	-
Thopen Solar 304 Ltda.	18.006	643	-	-	-	-
Thopen Solar 402 Ltda.	17.819	-	-	-	-	-
Thopen Solar 202 Ltda.	14.581	-	-	-	-	-
Thopen Solar 08 S.A.	12.252	1.041	-	-	-	-
Thopen Solar 18 Ltda.	11.678	-	-	-	-	-
Thopen Solar 403 Ltda.	10.356	10.500	-	-	-	-

Thopen Energia S.A.

	Participação - %	Total ativo		Total passivo		Patrimônio Líquido		Lucro (prejuízo) do exercício	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Usina Solar Thopen 22 Ltda.	100%	100%	31.614	28.901	2.713	(183)	207		
Thopen Solar 24 S.A.	100%	100%	13.545	12.828	717	(296)	128		
Thopen Solar 25 S.A.	100%	100%	37.495	33.770	3.725	198	275		
Thopen Solar 32 S.A.	100%	100%	27.864	24.963	2.901	(56)	231		
Thopen Solar 33 S.A.	100%	100%	32.233	29.868	2.365	(434)	291		
Thopen Solar 34 S.A.	100%	100%	32.800	29.839	2.961	(326)	283		
Thopen Solar 37 S.A.	100%	100%	36.606	3.082	39.688	186	298		

	Participação - %	Total ativo		Total passivo		Patrimônio Líquido		Lucro (prejuízo) do exercício	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Thopen Solar 48 S.A.	100%	100%	56.207	51.121	5.086	31	402		
Thopen Solar 49 S.A.	100%	100%	25.771	25.578	193	(20)	213		
Thopen Solar 50 S.A.	100%	100%	842	698	144	(197)	(1)		
Thopen Solar 54 S.A.	100%	100%	50.033	49.280	753	162	591		
Thopen Solar 10 S.A.	100%	100%	539.831	489.078	50.753	(1.299)	-		
Thopen Solar 12 S.A.	100%	100%	305.923	261.179	44.744	(2.377)	-		
Thopen Solar 17 S.A.	100%	100%	101	359	(258)	(258)	-		
Thopen Solar 21 S.A.	100%	100%	153	537	(384)	(384)	-		
Thopen Solar 39 S.A.	100%	100%	184.522	161.063	23.659	11.076	-		
Thopen Solar 52 S.A.	100%	100%	17.857	69.869	1.988	1.988	-		
Thopen Solar 55 S.A.	100%	100%	636.707	527.835	108.872	27.738	-		
Thopen Solar 56 S.A.	100%	100%	127.704	126.599	745	745	-		
Usina Thopen Solar 86 Ltda.	100%	100%	101.972	99.273	2.699	2.699	-		
Aruna Energia Ltda.	100%	100%	-	20	(20)	(20)	-		
Solargold Espírito Santo SPE Ltda.	100%	100%	11.002	10.343	659	(1.141)	-		
Thopen Solar 61 Ltda.	100%	100%	985	1.222	(237)	(237)	-		
Thopen Solar 67 Ltda.	100%	100%	127	363	(236)	(236)	-		
Thopen Solar 44 S.A.	100%	100%	2.630	2.697	(67)	(162)	-		
Usina Solar Thopen 26 SPE Ltda.	100%	100%	-	-	-	-	698		
Usina Solar Thopen 30 SPE Ltda.	100%	100%	-	-	-	-	650		
Usina Solar Thopen 35 SPE Ltda.	100%	100%	-	-	-	-	679		
Usina Solar Thopen 38 SPE Ltda.	100%	100%	-	-	-	-	104		
Usina Solar Thopen 41 SPE Ltda.	100%	100%	-	-	-	-	-		
Usina Solar Thopen 43 SPE Ltda.	100%	100%	-	-	-	-	147		
Usina Solar Thopen 45 SPE Ltda.	100%	100%	-	-	-	-	4		
Usina Solar Thopen 57 SPE Ltda.	100%	100%	-	-	-	-	69		
Demais par. menores mil reais (*)	100%	100%	-	15	1.195	1.196	930		
Total			4.511.561	3.983.189	529.582	38.397	18.539		

10. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento - A Companhia e suas controladas possuem arrendamentos de imóveis para as centrais de geração distribuída de energia elétrica fotovoltaica. Na avaliação da Administração, o prazo remanescente para seu encerramento reflete a melhor estimativa de permanência nos imóveis, e foi utilizado como base para cálculo dos valores a serem contabilizados. Os prazos dos contratos de arrendamento podem variar de 120 a 456 meses. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos contratos é apurada individualmente pela Companhia e para cada uma de suas controladas utilizando-se o custo médio de captação de dívida junto às instituições financeiras e variaram entre 5,17% a.a. a 20,39% a.a. As movimentações dos saldos do direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Ativo		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.547
Novos contratos e reajustes	4.289	28.567
Amortização	(1.260)	(6.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.578	46.019
Combinações de negócio - Copel (Nota 1.1.4)	-	5.957
Combinações de negócio - Copel (Nota 1.1.5)	-	3.922
Novos contratos e reajustes	393	39.814
Amortização	(1.033)	(8.956)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.936	88.856

10.1. Passivos de arrendamento - Os saldos do passivo de arrendamento, por ano de vencimento está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante	1.050	863	7.144	2.850
Passivo não circulante	4.099	4.747	100.626	56.473
Total	5.149	5.610	107.770	59.323

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo				
Saldo em 31 de dezembro de 2023			2.897	32.496
Novos contratos e reajustes	4.289	28.567	4.289	28.567
Amortização	(1.260)	(6.227)	(1.260)	(6.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.578	46.019	5.578	46.019
Combinações de negócio - Matrix (Nota 1.1.4)	-	-	-	5.957
Combinações de negócio - Copel (Nota 1.1.5)	-	-	-	3.922
Novos contratos e reajustes	393	39.814	393	39.814
Amortização	(1.033)	(8.956)	(1.033)	(8.956)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.936	88.856	4.936	88.856

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os arrendamentos a pagar estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Thopen Energia S.A.	13.2.1	-	46.818	46.818
Thopen Solar 7 e Thopen Solar 43	13.2.3	-	-	75.457
Empréstimos na modalidade 4.131			46.818	122.275
Thopen Energia S.A.	13.1.1	169.503	-	169.503
Thopen Biogás 02 S.A.	13.1.2	-	35.207	43.835
Usina Jequitibá	13.1.3	-	20.155	24.505
Thopen Solar 01 S.A.	13.1.4	-	46.276	50.193
Thopen Solar 03 S.A.	13.1.5	-	37.041	38.045
Thopen Solar 02 S.A.	13.1.6	-	55.479	57.296
Thopen Solar 04 S.A.	13.1.7	-	43.264	46.011
Thopen Solar 05 S.A.	13.1.8	-	87.446	97.657
Usina Bromélia S.A.	13.1.10	-	56.438	-
Thopen Solar 07 S.A.	13.1.16	-	100.555	-
Thopen Solar 56 S.A.	13.1.20	-	50.160	-
Thopen Solar 55 S.A.	13.1.21	-	371.594	-
Thopen Solar 10 S.A.	13.1.23	-	190.702	-
Thopen Solar 12 S.A.	13.1.24	-	99.560	-
Debêntures não conversíveis		169.503	1.363.389	357.542
Thopen Biogás 02 S.A.	13.1.2	-	15.430	-
Thopen Solar 28 S.A. e Thopen Solar 29 S.A.	13.1.2	-	50.064	51.182
Diversas controladas (1)	13.1.11	-	165.341	169.738
Tocantins Energia Renováveis S.A.	13.1.22	-	26.199	-
Notas comerciais			257.034	220.920
Thopen Solar 11 S.A.	13.1.12	-	20.029	17.946
Thopen Solar 14 S.A.	13.1.13	-	18.954	16.985
Thopen Solar 16 S.A.	13.1.14	-	16.982	17.332
Thopen Solar 20 S.A.	13.1.15	-	16.796	17.249
Thopen Solar 19 S.A.	13.1.17	-	17.760	-
Solargold Espírito Santo	13.1.18	-	3.957	-
Thopen Solar 86 S.A.	13.1.19	-	38.101	-
FNE Não-Rural			132.579	69.512
Usina Bromélia S.A.	13.2.2	-	-	29.359
Cédula de crédito bancário (CCB) e Nota Comercial			169.503	1.752.412
(-) Custos da emissão			(626)	(7.403)
Passivo circulante			168.877	46.818
Passivo não circulante			8.253	15.075
Total			160.224	31.743

(1) Referem-se às empresas Thopen Solar 08 S.A., Thopen Solar 15 S.A., Thopen Solar 21 S.A., Thopen Solar 24 S.A., Thopen Solar 25 S.A., Thopen Solar 27 S.A., Thopen Solar 32 S.A., Thopen Solar 33 S.A., Thopen Solar 34 S.A., Thopen Solar 37 S.A., Thopen Solar 48 S.A. e Thopen Solar 54. As movimentações dos empréstimos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	-	-	-	-
Captações	167.137	8.000	1.009.602	350.183
Combinação de negócios Gaswatt (Nota 1.2.1)	-	-	-	4.088
Combinação de negócios SolarGold ES (Nota 1.1.1)	-	-	-	28.770
Combinação de negócios Tocantins (Nota 1.1.2)	-	-	-	87.601
Combinação de negócios Matrix (Nota 1.1.3)	-	-	-	9.332
Juros (i)	-	9.332	5.760	148.056
Combinação de negócios Gaswatt (Nota 1.2.1)	-	-	-	91.346
Combinação de negócios Tocantins (Nota 1.1.2)	-	-	-	(230.585)
Juros (ii)	-	-	-	(51.543)
Combinação de negócios Gaswatt (Nota 1.2.1)	-	-	-	168.877
Combinação de negócios SolarGold ES (Nota 1.1.1)	-	-	-	4.088
Combinação de negócios Tocantins (Nota 1.1.2)	-	-	-	28.770
Combinação de negócios Matrix (Nota 1.1.3)	-	-	-	87.601
Juros (i)	-	9.332	5.760	148.056
Juros (ii)	-	9.332	5.760	148.056
Combinação de negócios Gaswatt (Nota 1.2.1)	-	-	-	91.346
Combinação de negócios Tocantins (Nota 1.1.2)	-	-	-	(230.585)
Juros (i)	-	-	-	(51.543)
Juros (ii)	-	-	-	168.877
Juros (iii)	-	-	-	4.088
Juros (iv)	-	-	-	28.770
Juros (v)	-	-	-	87.601
Juros (vi)	-	-	-	9.332
Juros (vii)	-	-	-	91.346
Juros (viii)	-	-	-	(230.585)
Juros (ix)	-	-	-	(51.543)
Juros (x)	-	-	-	168.877
Juros (xi)	-	-	-	4.088
Juros (xii)	-	-	-	28.770
Juros (xiii)	-	-	-	87.601
Juros (xiv)	-	-	-	9.332
Juros (xv)	-	-	-	91.346
Juros (xvi)	-	-	-	(230.585)
Juros (xvii)	-	-	-	(51.543)
Juros (xviii)	-	-	-	168.877
Juros (xix)	-	-	-	4.088
Juros (xx)	-	-	-	28.770
Juros (xxi)	-	-	-	87.601
Juros (xxii)	-	-	-	9.332
Juros (xxiii)	-	-	-	91.346
Juros (xxiv)	-	-	-	(230.585)
Juros (xxv)	-	-	-	(51.543)
Juros (xxvi)	-	-	-	168.877
Juros (xxvii)	-	-	-	4.088
Juros (xxviii)	-	-	-	28.770
Juros (xxix)	-	-	-	87.601
Juros (xxx)	-	-	-	9.332
Juros (xxxi)	-	-	-	91.346
Juros (xxxii)	-	-	-	(230.585)
Juros (xxxiii)	-	-	-	(51.543)
Juros (xxxiv)	-	-	-	168.877
Juros (xxxv)	-	-	-	4.088
Juros (xxxvi)	-	-	-	28.770
Juros (xxxvii)	-	-	-	87.601
Juros (xxxviii)	-	-	-	9.332
Juros (xxxix)	-	-	-	91.346
Juros (xl)	-	-	-	(230.585)
Juros (xli)	-	-	-	(51.543)
Juros (xlii)	-	-	-	168.877
Juros (xliiii)	-	-	-	4.088
Juros (xliv)	-	-	-	28.770
Juros (xlv)	-	-	-	87.601
Juros (xlvi)	-	-	-	9.332
Juros (xlvii)	-	-	-	91.346
Juros (xlviii)	-	-	-	(230.585)
Juros (xlvix)	-	-	-	(51.543)
Juros (xlvx)	-	-	-	168.877
Juros (xlvxi)	-	-	-	4.088
Juros (xlvxii)	-	-	-	28.770
Juros (xlvxiii)	-	-	-	87.601
Juros (xlvxiv)	-	-	-	9.332
Juros (xlvxv)	-	-	-	91.346
Juros (xlvxvi)	-	-	-	(230.585)
Juros (xlvxvii)	-	-	-	(51.543)
Juros (xlvxviii)	-	-	-	16

